

# PMDB acha que União deve ter liberdade para aplicar recursos

BRASÍLIA — Seis horas de reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães produziram muita discussão, mas pouca decisão sobre o projeto do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Os principais assuntos — reforma agrária e sistema de governo — ficaram para depois, porque os desentendimentos ameaçavam tornar a divisão irremediável.

O tema mais discutido foi a vinculação de recursos orçamentários. O deputado José Serra conseguiu convencer a maioria dos presentes de que, se o projeto for aprovado como está, o país precisará de dois PIBs para suportar a carga orçamentária.

**Covas x Cabral** — Primeiro expositor, o deputado Néelson Jobim (PMDB-RS) começou discorrendo sobre a origem de recursos para a seguridade social — termo que, no projeto, engloba previdência, assistência e saúde. No meio da exposição, sem entender a linguagem técnica, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, reclamou: "Eu não estou entendendo nada, Jobim. Isso é muito complicado".

O relator Bernardo Cabral imediata-

mente interveio para explicar que o tema era realmente muito difícil. "Eu mesmo, Covas, estou ouvindo esse assunto pela primeira vez", confessou. "Mas você está sempre viajando pelo país, fazendo conferências, não é Bernardo?", respondeu ironicamente Covas, provocando um início de desentendimento.

O deputado Ulysses Guimarães assumiu o papel de bombeiro, pondo em discussão a distribuição de recursos no orçamento da União. O projeto da Sistematização fixa percentuais por setores, como, por exemplo, 18% para educação, 2% para cultura, 2% para a Região Amazônica e 3% para o Poder Judiciário.

Inflamado, o deputado José Serra argumentou que esse loteamento de orçamento da é leviano, inviabiliza a administração federal e deixa a União sem liberdade para aplicação dos recursos. Ele convenceu a maioria.

**Imissão de posse** — Quando se entrou na reforma agrária surgiu novo desentendimento. O jurista José Afonso da Silva, assessor de Covas, sugeriu uma inovação na figura jurídica da imissão de posse. Por sua fórmula, depois que o governo decretar a imissão de posse, o proprietário da terra terá prazo de 30 ou

60 dias para recorrer à Justiça contra o decreto de desapropriação. Se não houver decisão judicial nesse prazo, o beneficiário da desapropriação terá direito de registrar a terra como sua, em cartório.

"Isso cria uma fórmula muito estranha de imissão de posse. Ela passa a ser o resultado de um decreto presidencial somado à omissão do Poder Judiciário", criticou o senador José Inácio (PMDB-ES), que já presidiu a OAB em seu estado. Novamente, Ulysses apressou-se em evitar o desentendimento, afirmando que o capítulo referente à reforma agrária deve ser claro o suficiente para evitar confusões no futuro.

O último assunto foi a eleição direta para governador do Distrito Federal. Todos discordaram dessa inovação, entendendo que na capital da República deve haver um governador nomeado pelo presidente. Mas todos entenderam que é difícil enfreitar a opinião pública negando essa eleição direta.

Também participaram da reunião o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o jurista Miguel Reale Jr.

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro



Ulysses, dirigindo a reunião, evitou grandes desentendimentos entre os participantes

## Centro Democrático do PMDB elege líder

O Centro Democrático do PMDB reúne-se, às 11h de amanhã, num hotel em Brasília, para eleger o seu líder, três vice-líderes e um conselho consultivo. A informação é do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), para quem o movimento objetiva fazer do PMDB um grande partido de centro. Embora continue próprio, o Centro Democrático continuará acatando o deputado Luiz Henrique, como líder da bancada, e o deputado Carlos Sant'Anna como líder do governo. Segundo Expedito, o Centro Democrático não aceitará a liderança do senador Mário Covas na Constituinte, "porque nesta não existem partidos".

O líder do Centro Democrático deverá ser escolhido entre cinco nomes: Expedito Machado, Marcos Lima (MG), Borges da Silveira (PR), Arnaldo Moraes

(PA) e Mendes Ribeiro (RS). A formação do Conselho Consultivo obedecerá a dois critérios: um representante de cada bancada de Estado e mais um para cada cinco participantes do movimento. Expedito garantiu que a reunião de amanhã contará com a presença do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (AM) "pois ele também participa do movimento".

Expedito anunciou para as próximas semanas a divulgação do ideário do Centro Democrático que, segundo ele, será a condensação do programa do PMDB. Acrescentou que, tão logo seja formalizada sua organização interna, o Centro passará a atuar junto aos governadores e às bancadas estaduais do PMDB.

O deputado negou categoricamente que o movimento estivesse se identifican-

do com o apoio incondicional ao presidente Sarney. "Sempre", disse, "que o PMDB apoiar o governo, estaremos com ele. Engana-se quem pensar que estamos incondicionalmente com o governo". Expedito salientou ainda que o grupo deverá somar 115 pemedebistas. Segundo ele, os dirigentes do Centro estão contando cada deputado para confirmar ou não sua participação.

Ao falar do projeto do grupo para o PMDB se tornar um partido de centro, o deputado apontou o extinto Partido Popular, fundado por Tancredo Neves, como o exemplo a ser seguido. No entanto, considerou que é muito cedo ainda para se dizer que o Centro Democrático pretenda disputar o comando do PMDB na próxima convenção nacional de março de 1988.

## Esquerda elogia busca de entendimento

Líderes da esquerda na Constituinte elogiaram o trabalho de um mês de negociações dos grupos interpartidários que debateram os temas mais polêmicos da nova constituição. "O resultado final foi altamente positivo" — disse o líder do PCB na Câmara, Roberto Freire (PE).

Segundo o senador Afonso Camargo (PMDB-PR), um dos líderes do Movimento da Unidade Progressista (MUP), dissidência do PMDB, "vale a pena toda tentativa de se buscar um texto que represente a média dos constituintes". O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) foi na mesma linha: "O objetivo foi alcançado".

O objetivo, no caso, segundo esses líderes, era menos o resultado final — por exemplo, o projeto "Hércules", encaminhado pelo grupo do senador José

Richa (PMDB-PR) à Comissão de Sistematização — do que o processo de negociação interpartidária que se instalou. A negociação entre o grupo do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), mais à esquerda, e o de Richa, mais moderado, acabou sendo "uma reação contra a ausência de diálogo" nas fases anteriores da Constituinte, segundo Roberto Freire.

**Clima** — "Ninguém imaginava chegar a acordos ideais, mas sim eliminar o clima de confronto que prevalecia até então entre os grupos de esquerda e de direita na Constituinte", disse Freire. O deputado Amaury Muller (PDT-RS) afirmou que mesmo o resultado concreto das conversações acabou sendo positivo: "Houve avanço em relação ao projeto da Comissão de Sistematização (divulga-

do em julho). Esses grupos devem continuar".

Esta posição, entretanto, não é unânime na esquerda. Segundo o deputado Florestan Fernandes (PT-SP), nenhum constituinte de seu partido foi autorizado a negociar com esses grupos — apesar da presença do deputado Pláínio de Arruda Sampaio (PT-SP) no grupo de Richa. O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) criticou violentamente os grupos, no final da semana passada. "Consenso se faz no plenário, sob pressão popular" — afirmou.



Roberto Freire

## Novos estados ficam de fora

BELO HORIZONTE — O senador Alfredo Campos (PMDB-MG) garantiu, após ter conversado com 10 governadores e com representantes das bancadas de quase todos os estados, que nenhum novo estado brasileiro será criado pela Constituinte. Disse que será criado apenas o estado de Tocantins, através de lei ordinária do Congresso, porque "Goiás inteiro é a favor de sua criação".

Alfredo Campos disse que a união das bancadas e dos governadores garantiu o apoio maciço à tese de que desmembramento de estados não é matéria constitucional. Afirmou que será arquivada a emenda que cria o estado do Triângulo e todas as outras criando novos estados.

O senador mineiro infomou que o governador Newton Cardoso lhe pediu para conversar com parlamentares e governadores sobre a posição de Minas, radicalmente contrária ao desmembramento do Triângulo Mineiro. E, no encontro com o governador da Bahia, Waldir Pires, e com parlamentares baianos de todos os partidos, ficou definido o apoio

maciço da Bahia à tese mineira contra o desmembramento.

**Advertência** — "Se a Constituinte não criar uma Carta que atenda às necessidades de transformação da sociedade brasileira, o país corre o risco de sucumbir sob uma nova ditadura de direita", advertiu em Recife o presidente do Conselho Federal da ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Tomaz Bastos, que imagina até como seria o novo regime: "Comandado por um grupo de coronéis e teria um discurso conservador e nacionalista, semelhante ao do regime do coronel Gamal Abdel Nasser, no Egito".

Marcio Tomaz Bastos fez esta advertência em reunião ordinária de 69 integrantes do Conselho da OAB e 23 presidentes de seções estaduais apresentou um relatório sobre a atuação da Assembléia Nacional Constituinte e, embora afirmasse manter a confiança na inteligência dos congressistas, manifestou-se preocupado com a possibilidade de a nova Constituição não espelhar os desejos da sociedade.